



CADERNO DO ENCONTRO DE EXTENSÃO

**UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



Pró-Reitoria de Extensão

CADERNO DO ENCONTRO DE EXTENSÃO

BARBACENA



JUNHO DE 2012

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

Reitor - Dijon Moraes Junior

Vice-Reitora - Santuza Abras

Chefe de Gabinete - Eduardo Andrade Santa Cecília

Pró-Reitora de Ensino - Renata Nunes Vasconcelos

Pró-Reitora de Extensão - Vânia Aparecida Costa

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - Terezinha Abreu Gontijo

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças - Giovânio Aguiar

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEX

Secretária Pró-Reitoria - Juliana Xavier

Assessoria e Coordenadoria de Extensão - Ana Carolina Alves Bandeira

Coordenadoria de Programas e Projetos de Extensão - Daniela Aparecida de Oliveira Carvalho Caé

Coordenadoria de Bolsas de Extensão e Registro - Regina Maria de Moraes Miranda

Divisão de Registro - Adilene Borges Leal e Silva

Divisão de Informática - Weslei Clem de Menezes

Coordenadoria de Cultura, Artes e Esporte - Antônio Augusto de Jesus

Divisão de Eventos - Maria Regina de Macedo

Universidade do Estado de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Extensão.
Caderno do Encontro de Extensão / Universidade do Estado de
Minas Gerais. Pró-Reitoria de Extensão. – Barbacena MG:
EdUEMG, 2012.
75p.: il.

ISBN: 978-85-62578-12-0

I. Educação Superior. 2. Extensão. I. Universidade do Estado de
Minas Gerais. Pró-Reitoria de Extensão. II. Título.

CDU: 378.1

Catálogo: Sandro Alex Batista - Bibliotecário CRB/6 - 2433

EXTENSÃO NAS UNIDADES DA UEMG

Campus Belo Horizonte

Escola de Design | Coordenadora de Extensão: Gisele Hissa Safar

Escola Guignard | Coordenadora de Extensão: Telma Isabel Vieira Martins

Escola de Música | Coordenadora de Extensão: Kátia Maria Malloy Mota

Faculdade de Educação | Coordenador de Extensão: Roberto Márcio Gomes de Rezende

Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves | Coordenadora de Extensão: Darli de Souza Dias

Unidades do Interior

Barbacena | Coordenadora de Extensão: Wanderléia da Consolação Paiva

Frutal | Coordenadora de Extensão: Ana Maria Zanoni Silva

João Monlevade | Coordenadora de Extensão: Francisca Daniella Simões Moraes

Leopoldina | Coordenadora de Extensão: Izabella Fátima Oliveira Sales

Ubá | Coordenador de Extensão: Fabrício Oliveira Ramos

EXPEDIENTE

Coordenação | Cláudia Ocelli

Projeto Gráfico e Diagramação | Raquel Canaan, Mariana Ocelli e Ana Carolina Alves Bandeira

Revisão | Todos os textos foram revisados pelos próprios autores

Revisão Final | Maria do Carmo de Matos

EdUEMG

Coordenação | Daniele Ribeiro

Projeto Gráfico e Diagramação | Marco Aurélio Costa Santiago

O Caderno de Extensão ora apresentado resulta do Encontro de Extensão da UEMG, realizado em dezembro de 2011. Contribuíram para essa construção professores/as, estudantes, coordenadores/as de extensão, pessoal técnico-administrativo e membros da comunidade externa, a maioria extensionistas da universidade, os quais, perfazendo um total de cinquenta e seis participantes, naquele momento se dispuseram a debater questões centrais para a extensão da UEMG.

O Encontro teve sua origem na necessidade de se ampliar o debate sobre a Extensão na UEMG, cujo início se deu ao longo de 2011, com a participação de todos os coordenadores de extensão das Unidades Acadêmicas, desde a criação da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX. A Mesa de Abertura do evento contou com a presença do Reitor da UEMG, da Vice-Reitora e das Pró-Reitoras de Ensino e de Extensão. A palestra de Marizinha, Maria das Dores Pimentel Nogueira, Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG, intitulada Políticas de Extensão no Brasil marcou o início dos trabalhos. Em seguida foram realizadas Mesas-Redondas compostas por coordenadores de Extensão, professores e estudantes das Unidades Acadêmicas da UEMG, em torno das questões que orientaram o Encontro: que extensão fazemos? Com quem? Para quê? Como?

O presente Caderno tem, portanto, o objetivo de ampliar esse debate para toda a comunidade acadêmica, de modo a provocar situações de interação que possibilitem o aprofundamento da reflexão em torno da extensão na Universidade. Desde a sua formatação, afigurou-se como um dos mais importantes aspectos do evento, a possibilidade do encontro entre professores, estudantes, aqueles que fazem extensão e alguns parceiros porque, mesmo com toda tecnologia, a interlocução face a face nos altera muito. Embora haja outros elementos e dimensões a desafiar a extensão, como o registro e a avaliação de atividades, a ampliação da sua interface com o ensino e a pesquisa, as questões que orientaram o Encontro, aqui registradas, em sua

simplicidade, constituem-se em temáticas sempre atuais.

Diante disso, este Caderno, de início, enfoca de modo mais detalhado o Encontro de Extensão realizado, seus objetivos e pressupostos. Em seguida destaca uma síntese da palestra de Marizinha, Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG, em função da riqueza de sua contribuição. Depois são apresentadas, de forma resumida, contribuições de professores/as, estudantes e pessoal técnico-administrativo de nossa Universidade, que participaram das Mesas Redondas durante os dois dias do Encontro. A cada atividade de extensão apresentada foi colocada a interrogação: Que extensão se realiza quando a Universidade assume o lugar de co-responsável, de co-laboradora, de co-gestora na relação que estabelece com a comunidade, com o Estado, com os movimentos sociais, com os sujeitos?

Em síntese, espera-se que o material aqui disponibilizado seja um provocador de debates, de conversas, de inquietações e de um interesse, cada vez maior e mais comprometido, pelo outro e pela sociedade, por meio da extensão universitária, em sua relação indissociável com o ensino e a pesquisa, princípio do fazer na universidade e desafio permanente para os integrantes dessa comunidade.

Um especial agradecimento a todos/as que se empenharam na realização do Encontro de Extensão UEMG / 2011 e na produção deste Caderno.

Vânia A. Costa
Pró-Reitora de Extensão da UEMG
Outono de 2012

O Encontro de Extensão	9
Políticas de Extensão Universitária no Brasil	13
Maria das Dores Pimentel Nogueira	

1ª Mesa Redonda: Que Extensão fazemos?

Oficinas de Música na Escola Integrada: entre concepções, desafios e possibilidades	23
Helena Lopes da Silva	

Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã.	29
Roberto Márcio Gomes de Rezende	

Que Extensão Fazemos?	34
Cynthia Rúbia Braga Gontijo	

2ª Mesa Redonda: Como fazemos extensão?

Programa Minas Raízes: artesanato, cultura e design social	39
Mariana de Oliveira Schmitz	

Programas de Educação Integral da Escola Guignard	42
Máira Cesarino Soares	

Como Fazemos Extensão?	46
Iracema Senise Caproni	

3ª Mesa Redonda: Com quem fazemos extensão? Para que fazemos extensão?

Com Quem Fazemos Extensão?	49
Edson José Carpintero Rezende	
Extensão: com quem e para quê?	52
Ana Maria Zanoni da Silva	
O NPESSE e o LABRINC:	
a construção de uma identidade extensionista	57
Elisabeth Gonçalves de Souza, Janaína de Assis Rufino e Mauro Rocha Baptista	

4ª Mesa Redonda: A institucionalização da Extensão na UEMG

A Institucionalização da Extensão na Escola de Design	65
Jacqueline Ávila Ribeiro Mota	
Programa Institucional de Apoio à Extensão - PAEx	68
Regina Maria de Moraes Miranda	

O ENCONTRO DE EXTENSÃO

Ao longo de sua trajetória, a extensão na UEMG tem-se desenvolvido atrelada à história e ao fazer de cada Unidade Acadêmica, o que, no caso de uma Universidade *multicampi*, exige redobrados esforços no sentido da articulação, da reflexão e da produção científica em torno de suas atividades. Neste sentido é importante enfatizar que, desde as grandes áreas de origem das escolas da UEMG: artes, educação e tecnologia à expansão para as áreas de engenharia, políticas públicas, ciências físicas, exatas e sociais, a ênfase na formação docente e na busca de soluções para questões da realidade mineira e brasileira foram constituindo e instituindo suas práticas universitárias, conferindo-lhes uma certa centralidade.

A concepção de uma Universidade comprometida com a transformação social e cultural do Estado de Minas Gerais, ao direcionar o desenvolvimento de projetos e programas envolvendo grupos e setores da sociedade civil e do estado, implica um processo pedagógico no qual estudantes, docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo constituam-se como sujeitos participantes e produtores de conhecimentos. Desta forma, um debate sobre a extensão em sua interface com o ensino e a pesquisa é fundamental no seu percurso, especialmente no contexto atual que aponta para a expansão da UEMG como instituição multicampi e para sua consolidação no âmbito das universidades públicas brasileiras.

Reconhecendo essas premissas, a Pró-Reitoria de Extensão e as Coordenadorias de Extensão das Unidades Acadêmicas realizaram, em 01 e 02 de dezembro de 2011, o “Encontro de Extensão da UEMG”, que redundou num espaço de avaliação e de interação das políticas de extensão universitária. Um espaço institucional que se constituiu em oportunidade para estudantes, professores, gestores e técnicos, em diálogo com a sociedade civil, socializarem, debaterem e projetarem suas ações e idéias, tendo como referências a política nacional de extensão e a política de extensão da UEMG.

Nesse sentido, o Encontro foi organizado em torno de quatro Mesas Redondas, de cunho provocativo, para promover e ampliar o debate entre os participantes. Tendo em vista a maior representação das Unidades nas Mesas, cada uma indicou um participante. Assim, todas as Mesas contaram com a representação de pelo menos três Unidades Acadêmicas.

O Encontro possibilitou o debate de três questões: *Que extensão fazemos? Como fazemos? Com quem e para quem fazemos?* A abordagem destas questões se referenciou no debate nacional e foi direcionada pelas proposições do Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), quais sejam: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão.

O conceito de Extensão Universitária, que orienta o Plano Nacional de Extensão, expressa um posicionamento para a universidade diante da sociedade na qual se insere. Sinaliza uma universidade voltada para os problemas sociais, que busca encontrar na pesquisa básica e aplicada, indicações para realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo, fortalecendo as condições de intervenção na realidade concreta, o que impõe grandes desafios, como:

- assumir uma luta pela institucionalização das atividades de extensão, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica na adoção de medidas e procedimentos que redirecionem a própria política da universidade;
- possibilitar a produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores;

- discutir e aprofundar um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi/inter/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática;
- afirmar o estágio curricular como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, sendo computado para a integralização curricular de docentes e discentes.

Com vistas a promover a institucionalização da Extensão na UEMG e tendo como centralidade o fortalecimento das práticas de extensão nos programas, projetos e cursos da Universidade, segundo tais proposições, os eixos temáticos em torno dos quais se desenvolveu o Encontro de Extensão da UEMG, foram:

- impacto e transformação: práticas que orientam as ações de extensão da UEMG que estabelecem uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- interação dialógica: práticas que orientam as ações de extensão da UEMG que desenvolvem relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, pela troca de saberes, para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;
- interdisciplinaridade: práticas que orientam as ações de extensão da UEMG caracterizadas pela interação analítica e metodológica que conduzam à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de

organizações, profissionais e pessoais;

- indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: práticas que orientam as ações de extensão da UEMG vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento.

Além disso, o debate em torno de outras questões que perpassam a extensão, tais como: processo de aprovação das ações de extensão; programas de bolsa para alunos; formas de financiamento da Extensão Universitária; formas de participação do aluno nas ações de extensão; aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos de extensão; valorização da participação do docente nas ações de extensão; formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão; formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão; entre outras, ao contribuir para explicitar e analisar situações, elucidar e firmar posicionamentos, certamente terá repercussão no fortalecimento e consolidação da extensão na UEMG.

Estes desafios nortearam o Encontro de Extensão da UEMG 2011 e consubstanciaram o debate, tornando possível sistematizar diretrizes para a política de extensão da UEMG, a partir do reconhecimento de que as práticas extensionistas se reafirmam quando se discute sua proposta e sua inserção institucional nos departamentos, cursos e Unidades Acadêmicas, definindo suas linhas em diálogo com as exigências sociais.

Nesse sentido, a programação organizada por Mesas Redondas, em torno de eixos temáticos, fundamentais à extensão, a apresentação de experiências da UEMG e o debate de encaminhamentos possibilitaram a construção de diretrizes para a extensão na Universidade, constituiu-se como espaço de produção e deu origem a este Caderno.

Especial agradecimento a Marizinha, Maria das Dores Pimentel Nogueira, atualmente Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG e Coordenadora do Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. Sua palestra abriu o Encontro e se destacou pela importância, densidade e potencial instigador do debate acerca do tema em foco.

POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL¹

Maria das Dores Pimentel Nogueira
(Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG)

Construção das diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas universidades públicas brasileiras

Formalmente temos registro da extensão universitária na Inglaterra no final do século XIX, com experiências de oferta de cursos, numa perspectiva de educação continuada. Pouco depois, mas ainda no século XIX, registram-se ações de extensão nos Estados Unidos, realizadas pelos Land Grant Colleges, de orientação a agricultores instalados nas proximidades da instituição, numa perspectiva de prestação de serviços.

Essas vertentes estão presentes como ações de extensão realizadas por universidades brasileiras desde o início do século XX, mais precisamente na antiga universidade de São Paulo, criada em 1911 – com a realização de cursos na então chamada Universidade Livre – e na Universidade Federal de Viçosa, com a orientação aos agricultores da região.

¹ Síntese da palestra; texto revisado pela autora.

Embora a legislação de 1931 – conjunto articulado de três decretos que constituem a Reforma do Ensino Superior da República (NOGUEIRA, 2005) – apresente alguns avanços na conceituação da extensão, suas funções e institucionalização, o que se verificou é que a extensão realizada nas universidades brasileiras era desvinculada do ensino e da pesquisa, embora por vezes fosse utilizada como reforço do ensino e divulgação da pesquisa. Exceção deve ser feita à Universidade do Distrito Federal que dá destaque à extensão, colocando-a como um dos fins da universidade.

No final da década de 1950 e nos anos seguintes até o Golpe Militar de 1964, os estudantes universitários realizaram intensa atividade extensionista, mas desvinculada da instituição universitária. Na proposta de levar o estudante a participar da vida social das comunidades e da conscientização das camadas populares, visando sua efetiva integração no processo de auto construção, a União Nacional de Estudantes – UNE coordenou diversas ações de extensão deixando significativas contribuições, tais como: a metodologia de trabalho que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas; o envolvimento de estudantes de diferentes áreas na mesma ação numa perspectiva interprofissional, a proposta de integração entre o ensino e a extensão com a realização de estágios em períodos de férias escolares e a recomendação de que a universidade deveria atender às instituições governamentais no interior dos estados, entre outras.

Instaurado o governo militar, várias propostas do movimento estudantil são por ele incorporadas em sua ação de institucionalização da extensão, a serviço da ideologia de desenvolvimento e segurança nacional. Dois programas de grande porte são criados, ambos em meados da década de 1960: o Centro Rural Universitário de Treinamento e ação comunitária / CRUTAC e o Projeto Rondon.

A primeira política de extensão universitária brasileira é elaborada após a divulgação de um relatório da comissão mista MEC-MINTER, criada com a finalidade de estudar os programas CRUTAC e Projeto Rondon e estabelecer formas de articulação entre ambos. Em atendimento ao relatório cria-se, em 1974, a Coordenação das Atividades de Extensão/CODAE, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC. A CODAE publica o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, em 1975. O documento traz forte influência do educador Paulo Freire, avançando na concepção de extensão, nas formas por meio das quais ela deveria ser realizada, linhas de ação e formas de financiamento.

A extensão é definida naquele Plano como a “forma através da qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa”. Esse conceito traz dois novos elementos:

- A ideia de relação entre extensão, ensino e pesquisa.
- A ideia de comunicação entre universidade e sociedade não mais como transmissão de conhecimento, mas como interlocução.²

O processo de redemocratização do Brasil no início da década de 1980 traz uma grande discussão sobre o papel da universidade brasileira. Os debates se dão em torno de dois eixos centrais: a autonomia universitária e a inserção da universidade na realidade social. Nesse ambiente, algumas questões consensuais surgem nas discussões promovidas por pró-reitores de extensão

²Não é objeto desse artigo a análise do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, maiores informações podem ser obtidas em NOGUEIRA:2005.

de universidades de diversas regiões do país. São elas:

- Função social da universidade, entendida como compromisso da instituição pública na busca de soluções para os graves problemas sociais que afligem a grande maioria da população. A extensão é vista como instrumento básico para realizar a função social da universidade;
- Institucionalização da extensão, seja ao nível interno das próprias universidades, seja ao nível do MEC;
- Indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como componentes do processo acadêmico;
- O caráter interdisciplinar da atividade extensionista a ser incentivado;
- Financiamento da ação extensionista nas IES públicas como responsabilidade governamental, garantida a autonomia das instituições;
- Importância do processo de troca entre os saberes acadêmico e popular na produção do conhecimento.

Em um intenso processo de mobilização cria-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que propõe o seguinte conceito de extensão universitária:

“Extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a

oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.” (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987)

No âmbito desse fórum, o FORPROEX, duas políticas de extensão universitária foram elaboradas³, o Programa de Fomento à Extensão Universitária, em 1993 e o Plano Nacional de Extensão Universitária, em 1999. Não se fará aqui uma análise dos processos de construção e implementação dessas políticas, pareceu-nos mais adequado retirar de ambas, aquilo que pode ser considerado a essência da construção conceitual da extensão para as universidades públicas brasileiras, as suas diretrizes conceituais e políticas.

Registra-se ainda, embora não seja aqui objeto de análise, o Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas, criado pelo MEC em 2003 e que vem, a cada ano, consolidando a extensão nas universidades públicas brasileiras com significativa ampliação de recursos.

Vejamos então as diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas universidades públicas brasileiras.

³A nova Política de Extensão Universitária Brasileira está em fase final de discussão no FORPROEX.

- O trabalho acadêmico é concebido como um processo orgânico e contínuo, produzido coletivamente, que se estende desde a produção e a sistematização do conhecimento até a transmissão dos resultados.
- A extensão é concebida como uma dimensão da atividade acadêmica. É um processo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.
- Através da extensão ocorre a troca entre os saberes sistematizado-acadêmico e o popular, que possibilitará a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade regional e nacional, propiciando a efetiva participação da comunidade na atuação da universidade.
- Defende-se, como um princípio, o compromisso social da universidade, que deve estar empenhada na busca de soluções para os problemas da maioria da população. A extensão universitária é o instrumento que vai possibilitar à Instituição de Ensino Superior cumprir sua função social.
- A ação extensionista deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando qualquer forma de dependência ou assistencialismo. Da mesma forma, recomenda-se que a extensão seja realizada em articulação com as administrações públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, alertando-se, no entanto, que a universidade não pode substituir o poder público em suas funções constitucionais.
- O estágio curricular é o momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, sendo um instrumento adequado para viabilizar a extensão universitária. O estágio deve responder às questões sociais dimensionadas nos debates entre universidade e comunidade, fortalecendo a relação entre ambas. Recomenda-se ainda que a participação

dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular.

- A interdisciplinaridade é meta a ser buscada em todo o trabalho acadêmico. A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando a integração de áreas distintas do conhecimento, contribuindo para uma nova forma de fazer ciência, de maneira integrada, revertendo a tendência comum nas universidades de compartimentação do conhecimento da realidade.
- O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, este saber retorna à universidade testado e reelaborado.

A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

- A institucionalização da extensão:

No nível das IES, com a recomendação da existência de um órgão na estrutura da instituição, responsável pela extensão, no mesmo patamar hierárquico do ensino e da pesquisa; com o estabelecimento de legislação interna que regulamente as atividades próprias, além de recursos orçamentários.

No nível do MEC, com a criação de um órgão que seja o interlocutor para as universidades, nas questões da extensão.

- Aspectos metodológicos:

Ação extensionista deve ser realizada, prioritariamente, sob a forma de programas articulados, que subordinem projetos de maneira integrada e interdisciplinar.

Os programas podem ser articulados considerando um eixo temático ou regional. Além de projetos podem compor um programa: cursos, publicações, eventos, entre outras possibilidades e produções;

Recomenda-se a utilização de metodologias participativas como a pesquisa-ação.

- Amplia-se a visão de sala de aula, de espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, para se considerar sala de aula todo espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico social. Professores e alunos são sujeitos do ato de aprender e de produzir conhecimentos, no confronto com a realidade.

- A prestação de serviços deve ser inserida na proposta da instituição, integrada em um processo educativo. Deve ser de cunho emancipatório e não assistencialista, seja remunerada ou não. Alerta-se para o risco da prestação de serviços vir a constituir-se um fim em si mesma, servindo apenas como instrumento para captação de recursos.

- Avaliação da Extensão Universitária

Avaliação institucional deve ser parte da rotina acadêmica (nortear políticas, identificar distorções para corrigi-las e democratizar informações);

O modelo a ser implementado deve considerar a realidade de cada universidade;

A avaliação da extensão deve estar inserida na avaliação institucional das IES, tendo como pressupostos:

- a) demonstrar a qualidade do que se produz na extensão;
- b) abranger todas as ações de extensão: programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviços;
- c) ser contínua, processando-se no decorrer das atividades;
- d) ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade;
- e) ter seus resultados considerados no planejamento e tomada de decisões das IES nas áreas de ensino, extensão e pesquisa.

Referências:

NOGUEIRA, M. D. P. . **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. 1.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. v. 1. 135 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Publicas Brasileiras. 1987.

INDICAÇÕES DE LEITURA

NOGUEIRA, M. D. P. . **Ética e Extensão na Universidade Pública**. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Org.). **Salões de Extensão: uma proposta institucional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, v. , p. 35-41.

NOGUEIRA, M. D. P. . **Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. In: Dóris dos Santos Faria. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. 1 ed. Brasília: UNB, 2001, v. 1, p. 91-105.



OFICINAS DE MÚSICA NA ESCOLA INTEGRADA¹: ENTRE CONCEPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

O Que fazemos?

Oficinas de Música com estudantes da Escola Integrada.

Como fazemos?

Os bolsistas, estudantes de graduação da Escola de Música | UEMG, registram as experiências vividas nas oficinas de música para que estes registros sirvam de material balizador às reflexões acerca dos processos de ensino e de aprendizagem musical, que lá acontecem, assim como, para a elaboração de materiais didáticos de música, condizentes com a necessidade das diferentes realidades dos campos empíricos.

Com quem fazemos?

Estudantes e professores da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais (ESMU/UEMG) e escolas municipais que integram o Programa Escola Integrada da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

¹Escola Integrada é um programa da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH desenvolvido no contra-turno de várias escolas da Rede Municipal de ensino. O Programa propõe a realização de atividades educativas nas escolas e em espaços de seu entorno.

Helena Lopes da Silva

(Professora da Escola de Música - ESMU|UEMG)

A Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais (ESMU/UEMG) e o Programa Escola Integrada da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) têm estabelecido uma parceria que viabiliza mais uma possibilidade para a formação dos licenciandos dos cursos de música, diurno e noturno, por meio da atuação dos mesmos como monitores nas oficinas musicais do Programa. O teor das oficinas de música propostas na Escola Integrada tem sido discutido em sessões de orientação dos bolsistas participantes, nas quais atuo como orientadora pedagógica. De forma geral, tenho me preocupado em dirigir o foco das orientações para a discussão acerca dos seguintes tópicos:

- Quem são as crianças e jovens que participam do Programa Escola Integrada?
- Quais os seus conhecimentos e interesses musicais?
- Quais os sentidos da oficina de música na Escola Integrada?
- Qual ou quais propostas de musicalização são possíveis e significativas para este espaço e seus participantes?

No intuito de conhecer melhor o contexto e as pessoas com as quais os bolsistas trabalham nas oficinas de música e, conseqüentemente, propor caminhos pedagógico-musicais mais significativos para as mesmas, tenho enfatizado a importância de que haja uma observação mais atenta às falas, aos gostos e saberes musicais destas crianças e jovens. A partir desta perspectiva, temos nos deparado [os bolsistas e eu] com uma multiplicidade de caminhos e possibilidades de oficinas de música a serem desenvolvidas neste espaço, visto a diversidade de gostos e conhecimentos musicais dos participantes e da natureza efêmera de participação dos mesmos nas oficinas da Escola Integrada.

Nesse sentido, na medida em que nos aprofundamos na compreensão da concepção educacional do Programa Escola Integrada (PBH), temos conseguido definir estratégias mais apropriadas e significativas para cada oficina de música das diferentes escolas.

Ao referir-se aos “Programas Mais Educação, Escola de tempo Integral, Escola Integrada”, Miguel Arroyo (2012) analisa:

Esses programas não se propõem a apenas ampliar o tempo, mas a reorganizar com radicalidade os tempos-espacos do viver a infância-adolescência, tornando-os mais próximos de um digno e justo viver, ao menos na totalidade dos tempos-espacos escolares. (...) Reconheçamos que essas novas visões [acerca do espaco escolar], programações dos tempos-espacos, inauguram uma outra cultura pedagógica, política e ética do tempo-espaco nos processos de formação e de aprendizagem (ARROYO, 2012, p.42-43).

Concordando com a análise de Arroyo (2012), especialmente no que diz respeito às “novas visões” e consequentemente à perspectiva de inauguração de “uma outra cultura pedagógica”, tenho defendido o pressuposto de que a atuação no espaco da Escola Integrada depende da construção de um olhar renovado acerca do papel do professor (monitor), dos conteúdos e das dinâmicas a serem empregadas nas oficinas de música; donde se conclui a impossibilidade de propormos uma única visão de educação musical, mas diferentes possibilidades de “educações musicais”, que proponham estratégias as quais vislumbrem a relação dialógica entre “pessoa(s) e música(s)” (KRAEMER, 2000). Através desta máxima, Kraemer (2000) nos leva a entender que qualquer proposta de educação musical precisa contemplar, acima de tudo, a relação que as diferentes pessoas travam com os diferentes tipos de música. Tal concepção derruba o mito de que existem “músicas boas e músicas ruins”, mas que as músicas tornam-se significativas a

partir da peculiaridade de cada contexto e de cada sujeito. Com isto, o ponto focal do objeto musical, da música em si, desloca-se para a intensidade das experiências vividas pelas pessoas com as diferentes músicas.

Nessa direção, tenho orientado os bolsistas a registrarem as experiências vividas nas oficinas de música para que estes registros sirvam de material balizador para as reflexões acerca dos processos de ensino e de aprendizagem musical que lá acontecem, assim como para a elaboração de materiais didáticos de música, condizentes com a necessidade das diferentes realidades dos campos empíricos.

Pode-se dizer que tanto eu quanto os bolsistas encontramos-nos em pleno processo de construção e avaliação deste novo campo de atuação para os educadores musicais e que, para tanto, o registro de experiências educativo-musicais significativas - as quais apontam para um fazer musical impregnado de sentidos para as crianças e jovens participantes das oficinas de música - tem-nos sinalizado positivamente. Dentre essas experiências citamos: o ensino coletivo de instrumentos; a oficina de brinquedos e brincadeiras musicais; as propostas integradas, envolvendo as oficinas de Música, com as oficinas de Artes Visuais, Dança e Capoeira e ainda, as apresentações didáticas de música elaboradas anualmente para os alunos da Escola Integrada.

Cabe salientar ainda que as experiências empíricas - bem sucedidas ou não - realizadas pelos bolsistas nas oficinas de música do Programa têm se tornado, também, temáticas de estudo para os trabalhos de conclusão de curso de um número significativo de licenciandos do curso de Música da UEMG, colaborando para a concretização dos principais objetivos da universidade, isto é, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Dentre os desafios que enfrentamos no Programa Escola Integrada (PBH), destaca-se a precariedade dos espaços físicos oferecidos e, em muitos casos, a falta de recursos materiais, como aparelhos de som, vídeo e instrumentos musicais para as oficinas. Embora tais precariedades possam ser compreendidas e justificadas sob vários aspectos, como, o status da música - das artes em geral - nas prioridades de investimentos dos recursos financeiros do Programa, penso que o maior problema possa ser a falta de clareza epistemológica (dos monitores, orientadores, coordenadores, educadores musicais e/ou outros sujeitos envolvidos com as concepções pedagógicas do Programa) quanto ao trabalho de musicalização a ser proposto nas oficinas.

A redução do olhar dos educadores e gestores acerca da multiplicidade de aspectos que envolvem os processos de ensino e aprendizagem de música, da importância que esta ocupa nos processos de construção das identidades infantis e juvenis e, principalmente, a resistência dos mesmos em operar mudanças em suas posturas pedagógicas, me parecem ser os principais desafios para a atuação neste espaço.

Vislumbro que a parceria entre a universidade, em nosso caso, entre a Escola de Música e o Programa Escola Integrada (PBH) por meio da criação de cursos de formação pedagógica e musical a ser oferecido aos gestores, monitores e coordenadores, possa representar uma possibilidade concreta para compreendermos este novo espaço, a diversidade de crianças e jovens envolvidos e os diferentes caminhos para realizarmos propostas de educação musical significativas e atuais.

“A atuação no espaço da Escola Integrada depende da construção de um olhar renovado acerca do papel do professor (monitor), dos conteúdos e das dinâmicas a serem empregadas nas oficinas de música; donde se conclui a impossibilidade de propormos uma única visão de educação musical, mas diferentes possibilidades de “educações musicais”, que proponham estratégias as quais vislumbrem a relação dialógica entre “pessoa(s) e música(s)” (KRAEMER, 2000).”

Referências:

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline ... [et al.] (orgs.) Caminhos da educação integral no Brasil: Direito a outros espaços e tempos educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. P.33-45.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. Em Pauta. Porto Alegre v. I I , n. 16/17, 2000. p.50-75.

SILVA, Helena Lopes da. Sentidos de uma pedagogia musical na Escola Aberta: Um Estudo de Caso na Escola Aberta Chapéu do Sol, Porto Alegre, RS. Tese. PPG Música – Mestrado e Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009.

INDICAÇÕES DE LEITURA

SILVA, Helena Lopes da. Sentidos de uma pedagogia musical na Escola Aberta: Um estudo de caso realizado na Escola Chapéu do Sol, Porto Alegre, RS. TESE. PPG Música Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17774>

SILVA, Helena Lopes da. Música, juventude e mídia: O que os jovens pensam e fazem com as músicas que consomem. In: SOUZA, Jusamara (Org.) Aprender e Ensinar Música no Cotidiano. 1 ed. Porto Alegre : Editora Meridional Ltda, 2009, p. 41-60.

SILVA, Helena Lopes da. Sentidos de uma Pedagogia Musical no Século XXI: As Oficinas de Musica da Escola Aberta Chapeu do Sol, Porto Alegre, RS. Música Hodie. , v. I I , p. 151 - 169, 2011.



PROJETO EDUCAÇÃO, CAMPO E CONSCIÊNCIA CIDADÃ¹

O Que fazemos?

Formação de educadores/as para alfabetização/escolarização de jovens e adultos residentes em acampamentos e assentamentos de reforma agrária de regiões do Estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Rio Doce/Zona da Mata, Mucuri, Centro-Sul, Alto Paranaíba, Triângulo e Norte.

Como fazemos?

A formação de educadores/as não acontece apenas em determinados momentos considerados pedagógicos como Oficinas, Cursos, Seminários. A vivência em suas comunidades, a participação e a atuação nos movimentos sociais e sindicais, a aprendizagem relacionada ao mundo do trabalho e a experiência cultural são fatores determinantes na definição dos temas e na formação educadores/as.

Com quem fazemos?

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação (FaE/UEMG), em parceria com a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA/UEMG), Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (DPE/UFV), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/MG) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MG).

¹Projeto ganhador da Medalha Paulo Freire do MEC, edição 2005.

Roberto Márcio Gomes de Rezende

(Professor da Faculdade de Educação - FaE | UEMG, integrante do NEPEJA e Coordenador de Extensão)

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos - NEPEJA/FaE/UEMG, - se constituiu a partir da prática e da reflexão de professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais sobre a educação de jovens e adultos (EJA) e de interface com diferentes campos de pesquisa, a saber: Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Rural, Educação Popular, Educação e Trabalho.

O grupo tem refletido sobre os processos educativos destinados às classes populares e sobre a luta levada a efeito pelos movimentos sociais organizados, junto ao poder público, no processo de conquista e garantia da oferta da educação de jovens e adultos aos moradores do campo. Tem também procurado analisar os processos educativos implementados por diferentes sujeitos sociais do campo e da cidade, sobretudo os ligados à luta pela terra.

O trabalho do Núcleo, marcado pela interface entre extensão, pesquisa e ensino, iniciou-se no ano de 2001, com as atividades extensionistas do Projeto Educação Campo e Consciência Cidadã, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Atualmente o seu quarto projeto, coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG), Campus Belo Horizonte, está sendo executado em parceria com a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA/UEMG), Departamento de Educação da

Universidade Federal de Viçosa (DPE/UFV), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/MG) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MG).

O projeto tem como objetivo a alfabetização/escolarização de jovens e adultos residentes em acampamentos e assentamentos de reforma agrária, em 44 municípios distribuídos por várias regiões do Estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Rio Doce/Zona da Mata, Mucuri, Centro-Sul, Alto Paranaíba, Triângulo e Norte.

O Projeto citado surge de uma demanda dos movimentos sociais e sindicais por uma educação que tem por objetivo a formação integral dos jovens e adultos residentes no campo e aponta para o protagonismo dos movimentos sociais. Empenhados na luta pela Reforma Agrária, estes movimentos visam oferecer uma alternativa de organização política aos sujeitos excluídos da terra e de outros direitos sociais.

A parceria entre a Universidade e os movimentos sociais e sindicais consolida um esforço coletivo de articulação política, com o objetivo de superar os desafios enfrentados nos assentamentos e nos processos de educação, alfabetização e conscientização; leva-nos ainda a refletir sobre o papel político da Universidade e do Núcleo, em particular no sentido de buscar formas de atuação no âmbito da Sociedade Civil.

Os pressupostos teórico-metodológicos do projeto, como a discussão permanente do programa curricular adequado às necessidades do homem e da mulher do campo e a redefinição de espaços-tempos de aprendizagem (Tempo escolar - Tempo comunidade) sinalizam para um processo de

formação dos educadores centrado na perspectiva da gestão coletiva, que se organiza a partir de diferentes atividades: visitas às salas de aula pelos alunos universitários e um professor das universidades parceiras, com o objetivo de acompanhar o trabalho pedagógico; Oficinas Regionais realizadas em uma cidade pólo da região atendida, na qual se discute, analisa e se reflete sobre a prática educativa desenvolvida no projeto e Ciclos de Formação, realizados em Belo Horizonte com todos os integrantes do Projeto, e se organizam em torno de palestras, mesas redondas, atividades de grupo, cujas temáticas abordadas são definidas a partir de necessidades de formação evidenciadas nas visitas e nas oficinas.

“A formação de educadores/educadoras não acontece apenas em determinados momentos considerados pedagógicos como Oficinas, Cursos, Seminários. A vivência em suas comunidades, a participação e a atuação nos movimentos sociais e sindicais, a aprendizagem relacionada ao mundo do trabalho e a experiência cultural são fatores determinantes na definição dos temas e na formação de educadores e educadoras.”

A formação de educadores/educadoras não acontece apenas em determinados momentos considerados pedagógicos como Oficinas, Cursos, Seminários. A vivência em suas comunidades, a participação e a atuação nos movimentos sociais e sindicais, a aprendizagem relacionada ao mundo do trabalho e a experiência cultural são fatores determinantes na definição dos temas e na formação de educadores e educadoras.

A experiência obtida a partir do trabalho desenvolvido, tem provocado a reflexão sobre a relação universidade/sociedade. Nesse sentido indaga-se:

em que medida, aos setores sociais menos favorecidos, têm sido assegurados o direito e o acesso efetivo à criação cultural e às pesquisas científicas produzidas no âmbito da universidade pública, como co-autores e não apenas como receptores?

As ações extensionistas, no interior do Projeto em foco, deram origem a uma rica produção teórica voltada à contribuição da Extensão universitária como instrumento a serviço da organização política, social e cultural dos grupos desagregados. Esta dimensão se referencia na relação entre a alta cultura e cultura popular, entre teoria e prática, estabelecendo o nexo instrução-educação x produção conhecimento.

Os pressupostos metodológicos do Projeto remetem a uma concepção de extensão que, no âmbito interno, demanda uma flexibilidade curricular, na qual a extensão torna-se parte integrante do processo de formação e de produção do conhecimento, envolvendo professores, alunos e comunidade de forma dialógica, caminhando da relação professor x aluno para a relação professor/aluno x comunidade.

INDICAÇÕES DE LEITURA

BRANDÃO, Nágela A. et al. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos - NEPEJA: uma experiência de interface extensão e pesquisa. Educação em Foco, Belo Horizonte, n. 18, dez. 2011.

RESENDE, Roberto. M.; MUSIAL, Gilvanice B. S.; COSTA, Vânia. A. . Educação de jovens e adultos do campo. Presença Pedagógica^{JCR}, v. 17, p. 34-41, 2011.

SILVA, Lourdes H. ; COSTA, Vânia A. ; ROSA, Walquíria M. . A Educação de Jovens e Adultos em áreas de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo. Revista Brasileira de Educação (Impresso)^{JCR}, v. 16, p. 149-166, 2011.



QUE EXTENSÃO FAZEMOS?

O Que fazemos?

Projetos sociais; educação continuada com foco em capacitação, qualificação e formação; prestação de serviços e sistematização/edição/publicação de produções técnico-acadêmicas.

Como fazemos?

Através da articulação político-social e institucional com atores/autores/sujeitos co-responsáveis pela gestão pública no Estado. Buscamos delinear e/ou fortalecer parcerias entre o Núcleo de Extensão/FaPP/CBH/UEMG e sujeitos individuais, coletivos e institucionais de forma dialógica, cooperativa e colaborativa. Todas as ações do Núcleo são resultantes de processos de negociação coletiva.

Com quem fazemos?

Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e de Direitos do Estado de Minas Gerais/Escola de Conselhos Observatório Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente com diversos autores/atores da gestão pública (administração pública, organizações do terceiro setor e movimentos sociais), com foco em todo o território mineiro.

“[...] Os maus encontros nos restringem, enquanto os bons encontros nos expandem [...]”

Clarice Lispector

Cynthia Rúbia Braga Gontijo

(Professora e Vice-diretora da Faculdade de Políticas Públicas - FaPP | UEMG)

Enquanto Unidade de uma universidade pública, concebemos a extensão como diálogo e potencializadora de transformações mútuas entre Sociedade e Comunidade Acadêmica. Portanto, só podemos entender a extensão em sua articulação com a pesquisa e o ensino, não como tripé (três em separado) mas, tendo como princípio sua indissociabilidade. Com essa perspectiva, trabalhamos os desafios de buscar essa articulação como processo de retroalimentação permanente, voltado à elevação da qualidade dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos – ênfase na administração pública, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Organizações do Terceiro Setor) e dos cursos de pós-graduação lato sensu (Gestão Pública para Resultados, Gestão de Pessoas), atualmente, ofertados pela Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, campus de Belo Horizonte, Universidade do Estado de Minas Gerais (FaPP/CBH/UEMG).

Ao lado disso, buscamos fortalecer/consolidar a EXTENSÃO-PESQUISA-ENSINO de forma a cumprir a vocação da Unidade, enquanto uma faculdade de políticas públicas e buscando atender ao seu lema “Atuar com ética e compromisso social”, especialmente junto ao povo mineiro.

Para tanto, desenvolvemos atividades extensionistas (projetos sociais; educação continuada, com foco em capacitação, qualificação e formação; prestação de serviços e sistematização/edição/socialização de produções técnico-acadêmicas) que abrangem, em termos de público/parceria, os diversos autores/atores da gestão pública (administração pública, organizações do terceiro setor e movimentos sociais), de todo o território mineiro.

“Desenvolvemos atividades extensionistas (projetos sociais; educação continuada, com foco em capacitação, qualificação e formação; prestação de serviços e sistematização/edição/socialização de produções técnico-acadêmicas) que abrangem, em termos de público/parceria, os diversos autores/atores da gestão pública (administração pública, organizações do terceiro setor e movimentos sociais), de todo o território mineiro.”

Atualmente, em 2011, a FaPP desenvolve como atividades extensionistas permanentes os projetos descritos no quadro I:

ATIVIDADES	OBJETIVOS
<p>Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e de Direitos do Estado de Minas Gerais/Escola de Conselhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o fortalecimento da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente; - propiciar, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o desenvolvimento de estudos e pesquisas relativas a saberes e vivências dos diversos atores que compõem a rede de garantia de direitos em suas diferentes dimensões; - promover a intersetorialidade, a articulação e o trabalho em redes de colaboração e parcerias; - promover ações formativas de caráter permanente e continuado;

	<ul style="list-style-type: none"> - facilitar a troca de saberes e experiências entre os diversos atores que compõem a rede de garantia de direitos; e - agregar os saberes e experiências acadêmicos às demandas de informação e formação advindas da práxis dos atores do Sistema de Garantia de Direitos.
Observatório Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e monitorar estudos, pesquisas e práticas no âmbito dos direitos da criança e do adolescente; - desenvolver estudos e pesquisas, e práticas (metodologias, técnicas e tecnologias sociais) no âmbito dos direitos da criança e do adolescente.
Projeto ETHOS: incubadora social	<ul style="list-style-type: none"> - Incubar, incentivar e fortalecer empreendimentos solidários, advindos de comunidades em situação de vulnerabilidade social, e que se mostrem inovadores, propiciando o desenvolvimento sustentável.
Revista Perspectivas em Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Publicar textos originais (artigos científicos, artigos de atualização, artigos de revisão, resenhas, relatos de experiências, depoimentos e entrevistas) relacionados a políticas públicas, nas diferentes esferas governamentais, na América Latina; - aglutinar autores de concepções teóricas múltiplas, expressar interpretações diversas das relações entre políticas públicas e sociedade, nas diferentes áreas, no âmbito da administração pública nos níveis federal, estadual e municipal.
Série Coleção Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular debates e reflexões dos profissionais e estudiosos da área da administração pública e do leitor em geral, a fim de se produzir conhecimentos e práticas sobre o desenho e/ou redesenho dos espaços público e privado no marco das políticas públicas que vêm sendo implantadas no cenário contemporâneo.

Fonte: Núcleo de Extensão/FaPP/CBH/UEMG, 2011.

INDICAÇÕES DE LEITURA

Revista “Perspectivas em Políticas Públicas” (PPP) - volumes 1 a 7.
Disponível em: <http://www.pppfapp.org/>

OLIVEIRA, Teresinha Rodrigues de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; SANTOS, Marlene Dária de Lima (Org.). Diálogos sobre Políticas Públicas. Belo Horizonte: 2008. (Série Coleção Institucional).

OLIVEIRA, Teresinha Rodrigues de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de (Org.). Políticas Públicas de Juventudes: contextos, percepções e desafios da prática. Belo Horizonte: 2010. (Série Coleção Institucional).





PROGRAMA MINAS RAÍZES¹: ARTESANATO, CULTURA E DESIGN SOCIAL

O Que fazemos?

Programa Minas Raízes: valorização do território, da cultura material e imaterial local.

Como fazemos?

Ação de cooperação entre design e produção artesanal, tendo como objetivo trabalhar, junto aos artesãos, questões do universo de projeto do Design que possam se reverter na melhoria do seu produto.

Com quem fazemos?

Alunos e professores da Escola de Design (Design Gráfico, Design de Produto, Design de Ambientes, Artes Visuais/Licenciatura) e artesãos das cidades de Lagoa Santa, Jequitibá e Igarapé, com apoio do ProExt/MEC.

¹Programa ganhador do Prêmio Cidadania sem Fronteiras - edição 2011, uma promoção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.

Mariana de Oliveira Schmitz

(Aluna do curso de Artes Visuais - Escola de Design - UEMG)

O “Programa Minas Raízes: Artesanato, Cultura e Design Social” fez parte dos projetos extensionistas realizados pela Escola de Design - ED e consiste numa ação de cooperação entre design e produção artesanal, tendo como objetivo trabalhar, junto aos artesãos, questões do universo de projeto do Design que possam se reverter na melhoria do seu produto.

O programa baseia-se em ações de valorização do território, da cultura material e imaterial local, e no respeito às características individuais, culturais e de produção de cada indivíduo.

A última edição do Programa, que recebeu o apoio e o fomento do ProExt/MEC foi realizada no período de março a dezembro de 2011 e contemplou as cidades de Lagoa Santa, Jequitibá e Igarapé, tendo sido executado por uma equipe multidisciplinar de professores e alunos de todos os cursos da ED (Design Gráfico, Design de Produto, Design de Ambientes, Artes Visuais/Licenciatura).

Participar do Programa Minas Raízes foi uma experiência única porque, não só confirmou para nós, alunos, o potencial que o design oferece de contribuição para a sociedade, mas, principalmente, nos mostrou o quanto esse tipo de experiência pode contribuir para nossa própria formação, como profissionais e como cidadãos.

A necessidade de realizar pesquisas sobre temas pouco comuns à sala de aula representou uma oportunidade de ampliação do repertório acadêmico. A convivência com os artesãos e o contato com o artesanato de cada localidade nos lembrou a importância de se valorizar a identidade local, seja pelo resgate de tradições, seja pela preservação das riquezas culturais e naturais.

“Para nós, alunos/as da Escola de Design, o Programa Minas Raízes foi, portanto, de grande significação em nossa formação acadêmica: aprendemos a articular teoria e prática, a integrar as diferentes áreas do design em torno de um objetivo comum e a aplicar ferramentas que nos são ensinadas em sala de aula.”

Estabelecer um diálogo com grupos, cujas experiências culturais e até mesmo realidades sociais são diferentes das nossas foi também um desafio. Apoiados pela equipe de professores, aprendemos a superar dificuldades de comunicação, lidar com o inesperado, aceitar o limite do outro e o nosso próprio e, principalmente, a compreender a importância e a abrangência da profissão que escolhemos.

Para nós, alunos/as da Escola de Design, o Programa Minas Raízes foi, portanto, de grande significação em nossa formação acadêmica: aprendemos a articular teoria e prática, a integrar as diferentes áreas do design em torno de um objetivo comum e a aplicar ferramentas que nos são ensinadas em sala de aula.

As relações estabelecidas entre alunos, professores e artesãos, por sua vez, nos amadureceram e hoje entendemos melhor o significado de palavras como comprometimento e responsabilidade.

INDICAÇÕES DE LEITURA

Catálogo Minas Raízes - Projeto de Capacitação em Produção Artesanal em Nova Lima. Escola de Design | UEMG. Belo Horizonte, outubro de 2009.

MORAES, Maria Flávia Vanucci de (org.). Minas raízes: produção artesanal, cultural e design social. 1. ed. - Belo Horizonte, 2012.

Blog do Programa: <http://programaminasraizes.blogspot.com.br/>



PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DA ESCOLA GUIGNARD

O Que fazemos?

Oficinas com temáticas culturais, na área de Letras e Artes, no Programa de Educação Integral de Belo Horizonte e Betim.

Como fazemos?

Os alunos da Escola Guignard são encaminhados para as escolas municipais para desenvolver um trabalho de educação artística. As oficinas oferecidas pelos alunos da Guignard são: Pintura, Desenho, Arte e Reciclagem, Intervenção Artística, Arte Contemporânea, Fotografia, História em Quadrinhos e História da Arte.

Com quem fazemos?

Estudantes e Professores da Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais e algumas escolas municipais vinculadas ao Programa Escola Integrada, de Belo Horizonte e ao Programa Escola da Gente, de Betim.

Maíra Cesarino Soares
(Professora da Escola Guignard | UEMG)

No Encontro de Extensão da UEMG realizado no segundo semestre de 2011, a Escola Guignard apresentou uma de suas atividades extensionistas – o Programa de Educação Integral. O objetivo da apresentação desse tema foi compartilhar experiências com outras unidades da UEMG que também atuam em programas similares. Na comunicação, além de mostrar o campo de atuação da Guignard nos projetos de Educação Integral, foram apresentados pontos positivos do Programa e alguns problemas que nós, da Extensão da Guignard, ainda estamos estudando a melhor maneira para solucioná-los.

O Programa de Educação Integral da Escola Guignard atende os projetos de educação integral de algumas escolas municipais de Belo Horizonte, vinculadas ao Programa Escola Integrada e, de Betim, ao Programa Escola da Gente. Esses programas visam contribuir para a melhoria da qualidade da educação nas escolas municipais. Nesse sentido a jornada educativa dos estudantes é de nove horas diárias, além disso, os alunos recebem acompanhamento pedagógico e formação em diferentes áreas do conhecimento.

Os estudantes da Escola Guignard, dos cursos de Artes Plásticas e Educação Artística, atuam como bolsistas monitores junto às escolas municipais envolvidas e desenvolvem diferentes oficinas nas áreas de Cultura, Artes e Intervenções Urbanas nas escolas, sob a orientação de um professor da Guignard e sob a supervisão de um professor da escola em que atuam. Essas oficinas incluem: Pintura, Desenho, Arte e Reciclagem, Intervenção Artística, Arte Contemporânea, Fotografia, História em Quadrinhos e História da Arte. Algumas oficinas contribuem para a produção e difusão de material

educativo, como livros, cadernos, cartilhas, folders, vídeos, filmes e murais de apoio às ações de extensão.

As atividades desenvolvidas nas oficinas ampliam a perspectiva do ensino de arte nas escolas para além das propostas de sala de aula. As crianças e jovens que participam desse Programa aprendem a trabalhar de forma articulada com a sua própria escola e com a comunidade onde estão inseridos.

A área temática desse Programa é a Cultura, abrangendo folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas; produção cultural e artística na área de fotografia. As linhas programáticas são Cultura e Memória Social – difusão do patrimônio artístico; proteção do folclore, do artesanato e das tradições culturais nacionais. O Programa atua na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, contribuindo para a formação das crianças e jovens atendidos pelas escolas, mas o público alvo dessa ação extensionista alcança também os professores, os pais e familiares dos alunos e a comunidade escolar.

Assim, as ações são desenvolvidas nas Escolas Municipais de Belo Horizonte e nas suas redondezas, (em quadras, centros de cultura, igrejas, CRAS) e, em Betim, nas Escolas Municipais em sítios próximos às escolas. A utilização de espaços fora das escolas em que as crianças estudam tem também o objetivo de cuidar do espaço público e envolver a comunidade nas ações.

Os programas de Educação Integral contam como estágio social obrigatório do currículo dos alunos da Escola Guignard. A carga horária dos bolsistas dos programas Escola Integrada e Escola da Gente são: 20h e 30h semanais respectivamente. Os contratos dos alunos extensionistas que atuam no programa têm a duração de um ano e podem ser renovados. A bolsa dos alunos é oferecida pelas Prefeituras, que efetuam o pagamento mensal

diretamente a eles.

Atualmente, há cerca de 20 alunos da Escola Guignard envolvidos no programa e seis professores orientadores que os atendem. Além de atuarem nas escolas municipais, os alunos extensionistas recebem uma orientação semanal de quatro horas do professor orientador. Está em fase de elaboração um modelo de relatório, a ser preenchido pelos alunos, que visa preparar um material a ser utilizado como fonte, tanto de informação sobre o Programa quanto para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

Os alunos extensionistas levam um saber adquirido na Guignard e recebem também uma formação do agente comunitário na escola onde atuam. Aprendem a lidar com as dificuldades dos jovens atendidos pelo programa. Essa interação dialógica gera uma troca de saberes rica para a universidade, para a escola e para a comunidade.

“Os alunos extensionistas levam um saber adquirido na Guignard e recebem também uma formação do agente comunitário na escola onde atuam. Aprendem a lidar com as dificuldades dos jovens atendidos pelo programa. Essa interação dialógica gera uma troca de saberes rica para a universidade, para a escola e para a comunidade.”

Referências

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Sistemas de Dados e Informações: Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001, (Coleção Extensão Universitária, v.2).

_____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001, (Coleção Extensão Universitária, v.3).



COMO FAZEMOS EXTENSÃO?

O Que fazemos?

Projeto Ecotrônico – coleta, triagem e recuperação de e-lixo*.

Como fazemos?

Treinamento em máquinas recuperadas para a inclusão digital de diferentes segmentos da sociedade, bem como cursos para técnicos de manutenção de equipamentos de informática.

Com quem fazemos?

Estudantes do Campus de Frutal em parceria com a Prefeitura Municipal de Frutal.

* lixo eletrônico

Iracema Senise Caproni
(Professora da Unidade Frutal | UEMG)

Os projetos de extensão da Unidade Frutal têm sido definidos a partir de inquietações dos alunos, referenciando-se em demandas evidenciadas na comunidade universitária e na sociedade, considerada a viabilidade e importância de sua realização. Um exemplo dessa forma de atuação foi a implantação de um projeto, proposto pelos alunos, durante uma aula de Empreendedorismo no curso de Sistemas de Informação.

Os alunos relataram a existência de muito lixo eletrônico descartado em terrenos baldios, no entorno do Ribeirão Frutal, córrego que cruza o caminho da Universidade. Esse descarte incorreto promove a contaminação do lençol freático pois, componentes eletrônicos como monitores, CPU, disquetes, Cds e placas que possuem em sua estrutura materiais tóxicos, entre os quais: chumbo, mercúrio, cádmio, cobre, ferro, alumínio, ou seja, metais pesados, são extremamente prejudiciais ao ser humano e ao meio ambiente.

Diante da inquietação dos alunos, formou-se uma equipe composta pela coordenadora de Pesquisa e Extensão, Profa. Ana Maria Zanoni da Silva, pelo Prof. Cícero Marcelo de Oliveira e, por mim, com o objetivo de buscar possíveis alternativas ou ações, para enfrentar ou pelo menos amenizar o problema. Nos estudos realizados, detectou-se que a Universidade do Estado de São Paulo – USP já trabalhava com a reciclagem de produtos eletrônicos, por meio da implantação do CEDIR (Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática). Durante visita a esse Centro, percebeu-se que seria possível implantar um polo de coleta, triagem e recuperação de e-lixo em Frutal.

Delineada e aprovada a proposta nas instâncias competentes, iniciou-se a etapa de implantação do Projeto denominado Ecotrônico – coleta e triagem de lixo eletrônico. O projeto se desenvolveu em parceria com a Prefeitura, que disponibilizou o espaço físico para implantação do polo de triagem. Para dar continuidade às adequações e reformas do espaço físico, um dos alunos do curso de Administração (noturno) fez a planta baixa e atualmente a liberação de verbas, para a recuperação e adequação do espaço, está sendo aguardada.

Assim que o Polo for devidamente implantado será possível incluir outros cursos e oferecer treinamento em máquinas recuperadas para a inclusão digital de diferentes segmentos da sociedade, bem como promover cursos para técnicos de manutenção de equipamentos de informática.

“Os projetos de extensão da Unidade Frutal têm sido definidos a partir de inquietações dos alunos, referenciando-se em demandas evidenciadas na comunidade universitária e na sociedade, considerada a viabilidade e importância de sua realização.”



COM QUEM FAZEMOS EXTENSÃO

O Que fazemos?

Pesquisa sobre os projetos de extensão na Escola de Design.

Como fazemos?

Análise do trabalho desenvolvido na extensão em seus aspectos éticos, ambientais e divulgação dos resultados.

Com quem fazemos?

Atores envolvidos no desenvolvimento de projetos de extensão.

Edson José Carpintero Rezende

(Professor da Escola de Design | UEMG e coordenador de pesquisa)

Não há como negar que a estrutura da universidade pública brasileira encontra-se fundamentada na tríade ensino-extensão-pesquisa. A articulação entre esses pilares é essencial para se alcançar melhores resultados na aprendizagem universitária, a partir de uma formação sólida e bem estruturada. Não há mais como falar de um sem se lembrar do outro.

Nessa articulação, em especial no que se refere a projetos de pesquisa gerando projetos de extensão, parece não haver tantos questionamentos, mas o contrário parece ainda não ser tão frequente. A experiência exitosa e empolgante de projetos de extensão na Escola de Design da UEMG tem despertado questionamentos que merecem investigação científica. É a extensão apontando um caminho na sua prática para elucidação de problemas por meio de um projeto de pesquisa.

Um outro questionamento que pode se mostrar sob dois desdobramentos diz respeito à ética nos projetos de extensão. A resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS dita a normatização sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Ao se analisar projetos de extensão está implícita uma troca de saberes entre os envolvidos no processo. Isso pode demonstrar a necessidade de se ter uma avaliação por comitê de ética e pesquisa, referente aos riscos pertinentes à atuação da comunidade acadêmica junto aos seres humanos envolvidos num projeto de extensão; ao livre arbítrio em participar desses projetos; ao resguardo pertinente a criações e inovações; à liberdade de poder sair do projeto quando não mais lhe convier, enfim, elementos esses pertinentes à pesquisa e que precisam ser considerados em projetos de extensão.

O segundo desdobramento ético é o respeito aos valores sociais e culturais da comunidade local onde o projeto está sendo desenvolvido. Não se pode negligenciar o cuidado que a extensão preconiza em não permitir que a academia chegue à comunidade com o saber absoluto. A prática extensionista deve viabilizar a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade local, provocando um intercâmbio entre esses saberes, que proporcione crescimento e desenvolvimento para ambos os envolvidos nesse processo. Ainda nessa perspectiva, uma observação cuidadosa é extremamente pertinente, no que se refere às questões que envolvem o planejamento dos materiais utilizados no desenvolvimento de projetos de extensão. A preocupação com as questões ambientais deve se fazer presente, principalmente quanto à possibilidade de utilização de resíduos biológicos e orientação no descarte de substâncias no meio ambiente.

Uma experiência mais comumente observada ao término do desenvolvimento de projetos de pesquisa diz respeito à divulgação científica dos resultados encontrados. Os projetos de extensão também alcançam resultados extremamente interessantes que precisam ser fortemente divulgados para a comunidade acadêmica. Publicações em periódicos, anais, eventos, concursos, dentre outros, permitem maior visibilidade do trabalho desenvolvido. Essa divulgação, sem sombra de dúvidas, mostra ao mundo a Instituição onde são desenvolvidos esses projetos, demonstra metodologias utilizadas que podem ser úteis em outros projetos ou mesmo adaptadas e permite o surgimento de novas propostas, em outros cenários e com outros atores.

“A prática extensionista deve viabilizar a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade local, provocando um intercâmbio entre esses saberes, que proporcione crescimento e desenvolvimento para ambos os envolvidos nesse processo.”



EXTENSÃO: COM QUEM E PARA QUÊ?

O Que fazemos?

As ações de extensão, no Campus de Frutal, contemplam a arte, a tecnologia e a inclusão de diferentes segmentos da sociedade no espaço universitário.

Como fazemos?

As ações e projetos de extensão do Campus de Frutal nascem da inquietação e da interação entre professores e alunos, mediante a necessidade de se expandir o conhecimento produzido por meio do ensino e das pesquisas, para além do muro da universidade. Não se trata de levar um conhecimento pronto, mas de promover o intercâmbio entre saberes, para que, por meio da interação constante entre a comunidade acadêmica, a sociedade, o poder público, as instituições municipais e estaduais, as inquietações provenientes das relações do homem com o mundo que o cerca possam ser convertidas em espaços de disseminação de novos saberes.

Com quem fazemos?

Numa tentativa de viabilizar a troca e a construção de saberes envolvendo a Universidade e a comunidades local, em Frutal busca-se parcerias com o Poder Público Municipal, a Defensoria Pública e demais segmentos da sociedade, objetivando a promoção de cursos, oficinas, o incentivo à cultura e o exercício da cidadania.

Ana Maria Zanoni da Silva

(Professora da Unidade Frutal | UEMG e coordenadora de extensão)

A relação ensino superior e sociedade foi prevista, no Brasil, por meio do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, no Governo Provisório de Getúlio Vargas, quando Francisco Campos lança o “Estatuto da Universidade Brasileira”. Em seu teor, o Estatuto volta-se para atividades extensionistas com foco em cursos ou conferências de caráter utilitário e educacional, pois as ações eram voltadas para a difusão de conhecimentos solucionadores de problemas, tal como nos mostra o artigo 42 do referido decreto:

A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

Se por um lado o Estatuto foi um dos primeiros passos para definir e direcionar as ações de extensão, por outro, propiciou, também, uma visão reducionista da extensão, a qual focava apenas um caráter messiânico. A idéia de extensão como canal de condução do saber, construído exclusivamente entre os muros da universidade, à comunidade, promove uma visão errônea da articulação ensino, pesquisa e extensão. As ações extensionistas carecem do diálogo com o ensino, a pesquisa e, sobretudo com a sociedade, para a qual elas se destinam.

Paulo Freire, em Educação como prática da liberdade (1967), explicitou a necessidade de políticas educacionais voltadas para uma concepção dialógica,

ao demonstrar a problemática da desconsideração da alteridade do homem comum.

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto (FREIRE, p.43, 1967).

Para que a extensão não se configure como ato de massificação e rebaixamento de idiosincrasias, provenientes das diferentes manifestações culturais, faz-se necessário que se ampliem as reflexões acerca do processo de mão-dupla que direciona as ações e práticas a serem desenvolvidas.

Nesse sentido o Encontro de Extensão, realizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, propiciou um espaço dialógico entre as Unidades que compõem a UEMG. A reflexão a respeito dos parceiros com os quais são desenvolvidas as ações, bem como dos objetivos almejados, evidenciou a interação entre: professores, alunos e comunidades participantes; universidade e sociedade, sobretudo via parcerias com instituições estaduais e municipais.

Com a reflexão oportunizada pelo Encontro, percebe-se que a Universidade caminha em direção à concretização dos postulados propostos pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, no qual a extensão foi conceituada como:

(...) processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora

entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.” (Plano Nacional de Extensão Universitária, edição atualizada, Brasil 2000/2001 – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC).

Não se trata, portanto, de um caminho já percorrido, mas de uma trajetória que se constrói e se desconstrói constantemente, pois as relações sociais são dinâmicas e as práticas, que se inserem no seio da sociedade, carecem do mesmo dinamismo para que, ao fim de cada etapa, permeadas pelo dialogismo, não somente entre teoria e prática, mas também com o conhecimento popular, seja possível obter uma visão integrada e abrangente da articulação entre Universidade e sociedade.

Mediante a necessidade de se promover ações extensionistas, permeadas pelo dialogismo entre os diferentes saberes e sujeitos, o Campus de Frutal desenvolve projetos de cunho artístico e cultural, dos quais participam alunos, professores e a sociedade local. Projetos como o GUT (Grupo Universitário Teatral), a Bateria e o Coral da UEMG, o Cine UEMG, promovem espaços de exercício da cidadania e superação de limites, bem como de lazer e de entretenimento por meio de ensaios, apresentações e discussões sobre os diferentes movimentos artísticos e culturais.

Ações voltadas para a inclusão de membros da sociedade são postas em prática nas aulas do Projeto de Inclusão Digital para a Terceira Idade e, também, no Cursinho Social. Em ambos os projetos, alunos da UEMG – Campus de Frutal, por meio da monitoria, auxiliam e preparam tanto para a inclusão no ambiente tecnológico como para o ingresso na Universidade.

Para fomentar ainda mais a interação entre a Universidade e a comunidade, o Projeto TV Comunidade promove a integração entre a população e os governantes, identificando, com maior rapidez, os principais problemas sociais enfrentados pelos moradores dos diversos bairros de Frutal.

Arte, tecnologia, inclusão, eis algumas palavras que sintetizam as ações de extensão do Campus de Frutal, porém “se perguntares para que as desenvolvem?” Desenvolvemos porque já dizia o poeta que: “Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos” (Fernando Pessoa).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada. Brasil 2000/2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BRASIL. Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, (...) observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial da União - Seção I - 15/04/1931, Página 5800. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.



O NPSS E O LABRINC: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EXTENSIONISTA

O Que fazemos?

Programa de extensão que promove a leitura como leitura de mundo, tendo como elementos fundantes a noção de Letramento e Ludicidade.

Como fazemos?

As ações estão organizadas a partir da grande área temática da Educação, da linha de extensão Alfabetização e letramento, na linha programática de incentivo à leitura, que se estrutura a partir das discussões e aproximações propostas pelo projeto de otimização do LABRINC e dos conceitos de Letramento e Ludicidade.

Com quem fazemos?

Núcleo de Pesquisa, Educação, Subjetividade e Sociedade (NPSS) e o Laboratório Teórico-Prático do Brincar - LABRINC - Projeto Letramento e Ludicidade, realizam ações para o poder público, especialmente, a Prefeitura Municipal de Barbacena. A maioria dos projetos desenvolvidos pelo NPSS são concretizados em escolas públicas municipais e direcionados para alunos e professores.

Elisabeth Gonçalves de Souza,
Janaína de Assis Rufino e Mauro Rocha Baptista

(Professores da Unidade Barbacena | UEMG)

Nossa proposta neste artigo é apresentar as discussões da Mesa Redonda “Com quem e para que fazemos extensão”, realizada no Encontro de Extensão da UEMG. Nesta mesa apontamos as perspectivas teórico-práticas que movimentam o Laboratório Teórico-Prático do Brincar – LABRINC, buscando uma reflexão que nos permita alcançar a sistematização de nossas ações e nos autorize propor uma nucleação dessas ações de extensão, ou seja, que nos permita construir um programa de extensão para as ações que desenvolvemos no Núcleo de Pesquisa Educação, Subjetividade e Sociedade (NPES).

Buscamos em nosso Núcleo de Pesquisa uma proposta de extensão que transcenda conceitos de extensão como assistencialismo ou mera prestação de serviço. Pretendemos trabalhar com uma concepção de extensão tomada como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (FORPROEX, 2007, p.16). A extensão universitária, para o Núcleo de Pesquisa Educação Subjetividade e Sociedade, é a forma de socializar e democratizar o saber científico, de modo a este não se traduzir em privilégio apenas da minoria da população. As ações do NPES são realizadas, principalmente, para o poder público, especialmente, a Prefeitura Municipal de Barbacena. A maioria dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo são concretizados em escolas públicas municipais e direcionados para alunos e professores.

Na busca da concretização de espaço conjunto de discussão e produção, ainda em 2006, este grupo de professores se reúne sob a coordenação do

professor Cláudio Guillarduci para a elaboração e submissão do projeto de Otimização do Laboratório de pesquisa Teórico-prático do Brincar (LABRINC).

O objetivo do LABRINC é a formação, por meio de pesquisas, de um quadro de pesquisadores em campo lúdico para atender às necessidades da construção de um conhecimento teórico-prático, que possa se refletir no processo de ensino-aprendizagem, no espaço regular de nossas atividades disciplinares e, simultaneamente, atender à necessidade de construção de um espaço concreto possível e adequado para a produção de tais pesquisas. O Laboratório foi organizado a partir de três princípios metodológicos norteadores de todo e qualquer processo de pesquisa. O primeiro princípio constitui o Laboratório de pesquisa Teórico-Prático do Brincar em um espaço de trabalho interdisciplinar aberto a pesquisadores com diferentes áreas de formação ou experiências.

O segundo princípio aprofunda a relação com a comunidade, pois a especificidade do campo de estudo – o lúdico – requer a criação de vínculos num espaço social mais amplo, com o envolvimento de entidades e pessoas que desenvolvam ou tenham interesse em trabalhar, sistematicamente, com atividades lúdicas.

O último princípio a nortear as atividades do laboratório é a relação entre teoria e prática, no campo da investigação lúdica. Esta prática é entendida como mais um momento de laboratório, rigorosamente necessário, para o pleno desenvolvimento dos estudos em campo lúdico.

O LABRINC, como espaço convergente de atividades de pesquisa e extensão realizadas pelos professores do núcleo, possibilita um trabalho interdisciplinar acerca da Educação, com uma metodologia própria, calcada

na discussão que o seu projeto de otimização proporciona quando reelabora o conceito de lúdico.

O lúdico se apossa do sujeito que dele faz experiência, tanto adquirindo independência dele quanto gerando dependência a ele. Assim, não é o jogo que se desvela sob a análise do jogador, mas o jogador que se desvela a si mesmo pelo jogo. O sujeito transformado pelo lúdico refaz a sua própria identidade.

Ao assumir essa concepção complexa de ludicidade, começamos a perceber que outro conceito tão complexo como este também nos acompanhava em nossas ações e reflexões. A presença de pesquisadores com formação nos Estudos da Linguagem e na Educação, com discussões acerca do letramento e suas facetas, nos possibilitou compreender de forma mais ampla uma possibilidade de o significado do lúdico que utilizamos se constituir como elemento fundamental de um “letramento” no mundo.

É preciso enfatizar que os estudos mais recentes apontam o letramento como sendo uma prática social, ultrapassando o conceito compreendido como codificação e decodificação de símbolos organizados em qualquer sistema que representa a linguagem oral. O modelo com base na decodificação foi muito discutido até a década de 70. A partir dos estudos de Scribner & Cole (1981), baseados na perspectiva sociocultural, as práticas de letramento passaram a ser percebidas como um produto social vinculadas ao contexto histórico, político e ideológico em que se situam (Macedo, 2004).

A aproximação entre os conceitos de lúdico e letramento, não apenas em nossas discussões, mas especialmente na concretização de projetos e ações de extensão, nos colocaram diante da possibilidade de caracterização de um programa de extensão.

O programa de extensão que propomos se desenvolve na confluência entre a pesquisa e a extensão, na área temática Educação, a partir da linha de extensão alfabetização, leitura e escrita, com ações definidas no segundo volume da Coleção Extensão Universitária do FORPROEX “Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas” (2007, p. 28).

Nossa proposta é a estruturação de um programa de extensão que busque a promoção da leitura como leitura de mundo, tendo como elementos fundantes a noção de Letramento e Ludicidade, entendendo programa de acordo com o FORPROEX “como um conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum” (2007, 35).

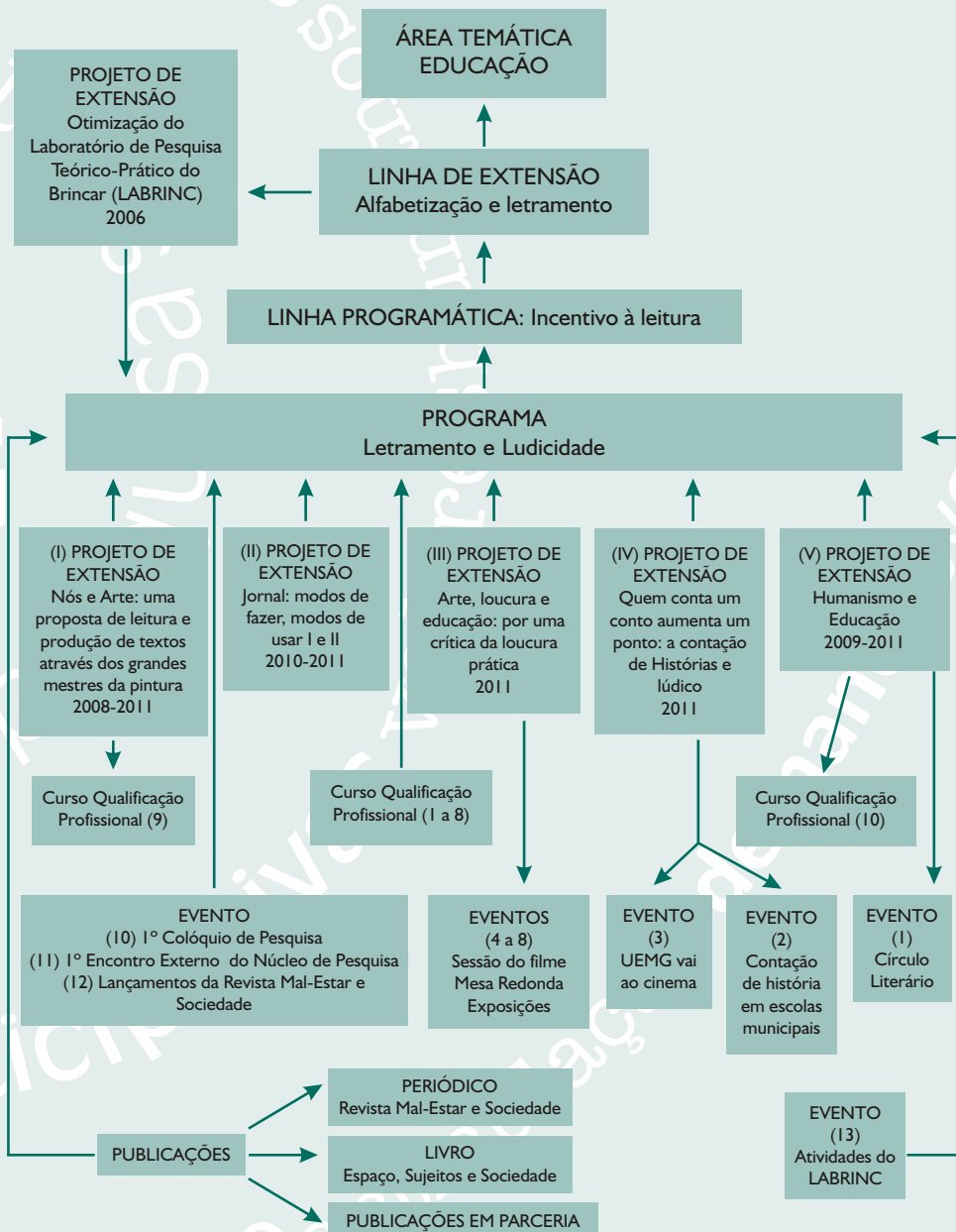
Nossas ações estão organizadas a partir da grande área temática da Educação, da linha de extensão (1) Alfabetização e letramento, na linha programática (31) de incentivo à leitura, que se estrutura a partir das discussões e aproximações propostas pelo projeto de otimização do LABRINC e dos conceitos de Letramento e Ludicidade. A partir da visualização do Programa, no organograma que consta ao final do texto, é possível perceber que as ações do NPES são direcionadas para o poder público, especificamente para a formação docente.

“Nossa proposta é a estruturação de um programa de extensão que busque a promoção da leitura como leitura de mundo, tendo como elementos fundantes a noção de Letramento e Ludicidade, entendendo programa de acordo com o FORPROEX “como um conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum” (2007, 35).”

Acreditamos termos sido capazes de propor um programa consistente de extensão, a partir das ações que vimos desenvolvendo, sob a orientação das considerações teóricas das pesquisas do Núcleo de Pesquisa Educação, Subjetividade e Sociedade. Ao apresentarmos nosso programa de extensão: Letramento e Ludicidade, não só pretendemos nos adequar ao que propõem os documentos oficiais das universidades públicas, no que se refere às atividades extensionistas, mas também buscamos uma forma de agir da comunidade acadêmica, pautada no papel principal que a universidade deve assumir na sociedade. Acreditamos ser absolutamente necessário ter consciência de que o compromisso da universidade com a sociedade não pode se dar de forma autônoma e voluntarista, mas que deva estar articulado a um movimento de gestão por meio de políticas e diretrizes institucionais, que possibilitem criar condições para a promoção de uma dinâmica de atuação e compreensão, as quais são forças, em nosso ponto de vista, mobilizadoras para a transformação da prática pedagógica docente, da atividade discente e da própria comunidade onde a universidade encontra-se inserida.

“Ao apresentarmos nosso programa de extensão: Letramento e Ludicidade, não só pretendemos nos adequar ao que propõem os documentos oficiais das universidades públicas, no que se refere às atividades extensionistas, mas também buscamos uma forma de agir da comunidade acadêmica, pautada no papel principal que a universidade deve assumir na sociedade.”

ORGANOGRAMA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO: LETRAMENTO E LUDICIDADE



Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada. Brasil, 1997/ 2007. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Publicas Brasileiras e SESU / MEC. 2007.

MACEDO, Maria do Socorro A.N.; MORTIMER, Eduardo Fleury. Perfil dos professores do primeiro ciclo; questões socioculturais e pedagógicas, Brasília, v. 87, n. 215, p. 29-43, jan./abr. 2006.

_____. Interações e práticas de letramento em Sala de aula: o uso do livro didático e da metodologia de projetos. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA ESCOLA DE DESIGN

O Que fazemos?

Institucionalização da Extensão na Escola de Design

Como fazemos?

Implementação e criação de espaços e laboratórios adequados, conscientização da necessidade da publicação ampla e irrestrita de todas as ações realizadas, padronização de procedimentos metodológicos como a aprovação pelo Conselho Departamental da Unidade de projetos e/ou ações extensionistas, concessão de carga horária (h/a) para professores com projetos aprovados.

Com quem fazemos?

Participantes dos Centros e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Escola de Design e os territórios dentro de sua área de competência.

Jacqueline Ávila Ribeiro Mota
(Vice-Diretora da Escola de Design | UEMG)

As políticas para a extensão nas universidades públicas brasileiras vêm sendo discutidas, defendidas e divulgadas no âmbito das universidades, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e também pelo Ministério da Educação.

No entanto, os incentivos, até o momento, têm sido pautados num plano teórico e político, faltando o suporte financeiro para a concretização das ações de extensão nas instituições públicas, que possa viabilizar o cumprimento do papel social da universidade.

Torna-se difícil assegurar fomento para a extensão enquanto houver, também, dentro da própria universidade, desconhecimento dos aspectos acadêmicos que lhe dão suporte e sustentação como recursos humanos capacitados, infraestrutura adequada e procedimentos metodológicos.

É preciso que busquemos, permanentemente, meios para assegurar a institucionalização da extensão. A Escola de Design vem trabalhando com a implementação e criação de espaços e laboratórios adequados, a busca da publicação ampla e irrestrita de todas as ações realizadas, a padronização de procedimentos e trâmites internos, referentes à aprovação, pelo Conselho Departamental da Unidade, de projetos e/ou ações extensionistas e à concessão de carga horária (h/a) para professores com projetos aprovados, tentando dar maior visibilidade e credibilidade às ações de extensão.

As atividades extensionistas na Escola de Design foram definidas e incorporadas aos projetos pedagógicos dos cursos de Design e buscam articular ensino, pesquisa e extensão, por meio das ações dos Centros e

Núcleos. Além do trabalho em salas de aula, núcleos e centros conduzem pesquisas, ensaios e experimentos que ampliam seu campo de atuação, ocupando novos territórios dentro de sua área de competência, o que lhes confere, por exigência, um caráter autônomo para gerir suas atividades.

Essas atividades visam à inovação em design e são a principal forma de contato do curso com a realidade produtiva, seus recursos e limitações.

Mesmo diante de limitações externas e internas, a Pró-Reitoria de Extensão tem impulsionado as atividades de extensão e incentivado novos projetos. Prova disso, é a realização e organização deste evento, primeiro Encontro de Extensão, para avaliar e discutir o papel da extensão na sua composição e formação de alunos cidadãos.

“É preciso que busquemos, permanentemente, meios para assegurar a institucionalização da extensão. A Escola de Design vem trabalhando com a implementação e criação de espaços e laboratórios adequados, a busca da publicação ampla e irrestrita de todas as ações realizadas, a padronização de procedimentos e trâmites internos, referentes à aprovação, pelo Conselho Departamental da Unidade, de projetos e/ou ações extensionistas e à concessão de carga horária (h/a) para professores com projetos aprovados, tentando dar maior visibilidade e credibilidade às ações de extensão.”



PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO À EXTENSÃO - PAEx

O Que fazemos?

O PAEx apóia o desenvolvimento de Projetos de Extensão da UEMG.

Como fazemos?

Anualmente, por meio de edital, o Programa oferece bolsas para estudantes e professores além de auxílios para implementação dos projetos aprovados, com o intuito de fortalecer atividades extensionistas de impacto social.

Com quem fazemos?

Estudantes e professores da UEMG e comunidades participantes.

Regina Maria de Moraes Miranda (Coordenadora de Bolsas de Extensão | UEMG)

Em 2006, a Universidade do Estado de Minas Gerais criou o Programa Institucional de Apoio à Extensão – PAEx e, mediante recursos advindos do PROUEMG¹, passou a apoiar o trabalho extensionista desenvolvido na universidade.

O PAEx é destinado a apoiar o desenvolvimento de Projetos de Extensão, com o objetivo de contribuir com a formação diferenciada dos estudantes, fortalecer atividades extensionistas de impacto social, participar de políticas públicas numa relação dialógica com a comunidade e propiciar ao professor oportunidade de realizar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Todo ano é lançado um edital que normatiza a apresentação dos projetos. O PAEx é subdividido em 5 subprogramas: Auxílio para implementação dos projetos de extensão; Auxílio para Professor Orientador; Bolsa de Extensão para estudantes de graduação; Bolsa para participação em eventos científicos para estudantes de graduação e Jogos Universitários para estudantes de graduação.

Em 2011 o Programa apoiou a realização de 61 projetos e concedeu 98 bolsas para estudantes de graduação, 21 bolsas para professores orientadores de projetos, 30 auxílios para implementação de projetos além de 9 bolsas para participação em eventos.

Já em 2012, foram aprovados 67 projetos em várias áreas temáticas contribuindo, assim, com o desenvolvimento de atividades extensionistas nas regiões de atuação da UEMG. Nas Unidades da UEMG foram aprovados os seguintes projetos:

¹ Programa de Bolsas de Estudos para graduação.

ESCOLA DE DESIGN

Projeto Minas Raízes - Design e Artesanato em São Joaquim de Bicas

Desenvolvimento de Website para o NUDEC - Núcleo de Design e Cultura

Design de Interface Aplicado à Construção de Ferramentas e Processos Educativos Usando Temas da Saúde

Produção de Vinhetas Institucionais de Divulgação da Escola de Design e Assinaturas de seus Centros, Núcleos e Laboratórios

Agenda Socioambiental: Desenvolvimento Sustentável na Escola de Design

12ª Mostra de Imagens

A Casa da Gente: Desenvolvimento de Soluções em Design de Ambientes para o Abrigo Cirandinha

ESCOLA DE MÚSICA

Construção de Instrumentos de Percussão Utilizando Materiais Sustentáveis

ESCOLA GUIGNARD

Construção de Instrumentos de Percussão Utilizando Materiais Sustentáveis

FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ethos: Tecnologias Sociais a Serviço da Auto Sustentabilidade

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Educação do Campo em Construção: Apropriação de Material Didático-pedagógico por Educadores de Jovens e Adultos

A Brinquedoteca como Mediação Pedagógica: uma Práxis para a Construção do Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente da UEMG

Reconstrução da Memória do Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã

Rádio Escola: a Implantação da Web Rádio Comunitária como Estratégia para a Prática Educativa em uma Escola da Rede Pública Municipal de Contagem

Formação Profissional do(a) Pedagogo(a) para a Docência: a Musicalização nos Primeiros Anos do Ensino Fundamental

UNIDADE BARBACENA

Nós e Arte: uma Proposta de Leitura e Produção de Texto Através dos Grandes Mestres da Pintura

Inclusão Digital de Adultos e Idosos: Novos Olhares, Outras Conquistas

UNIDADE FRUTAL

Mediação e Celebridade Processual: Instrumento de Solução Privada de Conflitos Sociais no Município de Frutal e Desafogamento do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Coral da UEMG: nas Trilhas do Canto em Minas Gerais

Universidade Literária UEMG Campus Frutal: Leve um Livro e Deixe Outro

Jornal Online: a Informação a Serviço do Desenvolvimento dos Alunos do Ensino Médio de Frutal

Radioecologia: uma Proposta de Radiojornalismo Ambiental em Frutal

UNIDADE JOÃO MONLEVADE

UEMG Verde: Arborização de Vias Públicas no Entorno da Faculdade de Engenharia

Solidariexatas: Projeto de Intervenção Pedagógica em Escola Pública

Pré-UEMG

Projeto Interagir

Construir

UNIDADE LEOPOLDINA

Liderança no Processo de Gestão do Cotidiano Escolar

UNIDADE UBÁ

UEMG e Escolas Públicas Estaduais Unidas pela Educação em Ubá

Educação Ambiental nas Escolas como Ferramenta para Manutenção da Arborização Urbana de Ubá

Com o Programa, a UEMG vem reforçar o compromisso da universidade com a transformação social e, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária, desenvolver “a Extensão universitária como uma atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade” (Plano Nacional de Extensão, 2001/2010).

“O PAEx é destinado a apoiar o desenvolvimento de Projetos de Extensão, com o objetivo de contribuir com a formação diferenciada dos estudantes, fortalecer atividades extensionistas de impacto social, participar de políticas públicas numa relação dialógica com a comunidade e propiciar ao professor oportunidade de realizar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.”

UNIDADES DA UEMG POR LOCALIDADE

CAMPUS BELO HORIZONTE

13 cursos

ESCOLA DE DESIGN/ED

Artes Visuais
Design de Ambientes
Design Gráfico
Design de Produto

ESCOLA GUIGNARD

Artes Plásticas
Educação Artística/Artes Plásticas

ESCOLA DE MÚSICA/ESMU

Música/Canto/Instrumento
Música/Educação Musical Escolar
Música/Canto/Instrumento

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/FaE

Pedagogia

FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TANCREDO NEVES/FAPP

Tecnologia em Gestão Pública
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Tecnologia em Processos Gerenciais
(ênfase em Gestão de Organizações do Terceiro Setor)

JOÃO MONLEVADE

4 cursos

Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia de Minas
Engenharia Metalúrgica

BARBACENA

2 cursos

Pedagogia
Ciências Sociais

UBÁ

3 cursos

Ciências Biológicas
Química
Design de Produto
(Curso fora de sede da ED/CBH)

LEOPOLDINA

1 curso

Pedagogia

POÇOS DE CALDAS

1 curso

Pedagogia
(Curso fora de sede da FaE/CBH)

FRUTAL

8 cursos em funcionamento

Administração
Ciência e Tecnologia de Laticínios
Comunicação Social: Jornalismo,
Publicidade e
Propaganda

Direito
Geografia
Sistemas de Informação
Tecnologia em Produção Sucroalcooleira
Tecnologia em Alimentos

TOTAL de Cursos - 32

Campus BH - 13

Unidades do Interior - 17

Cursos fora de sede - 2

PARTICIPANTES DO ENCONTRO DE EXTENSÃO

Adilene Borges Leal e Silva | PROEX|UEMG

Adriana Netto Silva | Faculdade de Políticas Públicas

Aidalice Ramalho Murta | Faculdade de Educação

Ana Carolina Alves Bandeira | PROEX|UEMG

Ana Maria Zanoni da Silva | Campus Frutal

Andréia Rosalina Silva | PROEX|UEMG

Antônio Augusto de Jesus | PROEX|UEMG

Arthur Francisco Costa Ramalho | Unidade João Monlevade

Beatriz Bento de Souza | Unidade Leopoldina

Bernadete Teixeira | Escola de Design

Camila Catherine Pinto | Faculdade de Políticas Públicas

Cláudia Ocelli | Consultora de projetos para PROEN e PROEX

Cynthia Rúbia B. Gontijo | Faculdade de Políticas Públicas

Darli de Souza Dias | Faculdade de Políticas Públicas

Dolores Maria Borges de Amorim | Faculdade de Educação

Domingos Sávio Lins Brandão | Escola de Música

Edson José Carpintero Rezende | Escola de Design

Elisabeth Gonçalves de Souza | Unidade Barbacena

Gabriel Azevedo Sousa | Faculdade de Políticas Públicas

Giselle Hissa Safar | Escola de Design

Gleidson Vaz | Secretaria de Desenvolvimento Social de Sabará-MG

Helena Lopes da Silva | Escola de Música

Iracema Senise Caproni | Campus Frutal

Izabella Fátima Oliveira de Sales | Unidade Leopoldina

Jacqueline Ávila . R. Mota | Escola de Design

Jaqueline Lara | Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança - NAVE

Juliana Xavier | PROEX|UEMG
Kátia Maria Malloy Mota | Escola de Música
Laís Emily de Assis | Unidade João Monlevade
Lucileide Malaguth Colares | Faculdade de Educação
Lucília Rodrigues Santos | Faculdade de Educação
Luiza Helena Morais Barbosa | Unidade Leopoldina
Madalena Ferrari Godoy | Programa Escola Integrada - SMED/PBH
Maíra Cesarino Soares | Escola Guignard
Maria do Carmo de Matos | PROEN|UEMG
Maria Flávia Vanucci | Escola de Design
Maria Regina de Macedo | PROEX|UEMG
Mariana de Oliveira Schmitz | Escola de Design
Marta Aparecida de Lima Tarcísio | Secretaria Municipal de Educação - Barbacena
Naiara Maria de Freitas | Unidade Barbacena
Regina Maria Morais de Miranda | PROEX|UEMG
Renata Nunes Vasconcelos | PROEN|UEMG
Ricardo José Camelo da Silva | Faculdade de Educação
Rita de Castro Engler | Escola de Design
Roberto Márcio Gomes de Rezende | Faculdade de Educação
Rogério Bianchi Brasil | Direção do Campus Belo Horizonte
Santuza Abras | Reitoria da UEMG
Taís Rangel de Lima | Unidade João Monlevade
Tallyta Anny Reis Araújo | Campus Frutal
Telma Isabel Vieira Martins | Escola Guignard
Vandir Fernandes | Escola Guignard
Vânia Aparecida Costa|PROEX|UEMG
Veríssimo Gibran Mendes de Sá | Unidade João Monlevade
Weslei Clem de Menezes | PROEX|UEMG

intercâmbio

mult
novotrabalhomeio
valorescul

www.uemg.br

Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n - Serra Verde - Cidade Administrativa Tancredo Neves
Prédio Minas 8º andar - CEP 31.630-900 - Belo Horizonte - MG | (31) 3916 8724

A extensão como transformação, atuação contínua e rotação criativa